

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.220 - SP (2018/0129933-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : PEDRO LUIS SUMAN  
**ADVOGADOS** : ELIANE APARECIDA BERNARDO E OUTRO(S) - SP170843  
HELIO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR - SP354555  
**AGRAVADO** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832  
CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064  
FERNANDA FARINA MANSUR - RS088704

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PREMISSA FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUANTO À AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE O AUTOR E A EMPRESA DE TELEFONIA. PRETENSÃO DE REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, CPC/2015).*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PEDRO LUIS SUMAN em face de decisão que inadmitiu o recurso especial interposto, com base no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Ação cautelar. Exibição de documentos. Prescrição da pretensão principal não verificada. Propositura de ação civil pública que interrompe o prazo prescricional, e que transitou em julgado em 15.08.2011. Quando da propositura desta demanda ainda não havia transcorrido o prazo prescricional. Autor que pleiteia a exibição do contrato de participação financeira e radiografia do contrato, para eventual ressarcimento de ações, sem trazer aos autos o número do contrato de participação financeira com a ré ou outro documento que o vincule às ações expedidas pela ré. Juntada aos autos de uma conta da NET, com seu NETfone.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Improcedência da ação que é medida de rigor. Recurso da ré provido e não provido o do autor." (e-STJ fl. 147).*

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega, em síntese, que está presente o interesse de agir no caso, pois houve o prévio esgotamento da via administrativa, embora essa medida não seja requisito essencial da demanda, e o recorrente informou à recorrida o número do contrato celebrado pelas partes, demonstrando o vínculo havido entre elas. Assevera, ainda, que não sucumbiu em nenhum dos seus pedidos, de forma que não se caracterizou a sucumbência recíproca.

Contrarrazões às fls. 192-198 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 201-202), que inadmitiu o recurso especial por considerar que não foram demonstradas a violação do dispositivo legal indicado e a alegada divergência jurisprudencial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A insurgência não merece acolhida, uma vez que o conhecimento do recurso especial é obstado pelo teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal de origem, ao negar provimento à apelação interposta pelo ora recorrente e dar provimento ao recurso da contraparte, assim analisou a controvérsia:

*"No mais, a parte autora aduz que firmou contrato de participação financeira com a ré, pretendendo através desta cautelar, a exibição do referido contrato, bem como da cópia da radiografia do mesmo.*

*No entanto, tenho que o autor não demonstrou que tinha linha telefônica à época dos planos de expansão de telefonia.*

*[...]*

*Ocorre que neste caso em tela, ausentes os documentos necessários para a procedência da ação.*

*Isto porque, o autor afirma que faz jus à exibição dos seguintes documentos: contrato de participação financeira e radiografia do contrato (fls. 08).*

*Contudo, ampara seu pedido na linha telefônica*

*17-3238-2105 e contrato nº 4224602732, que diz ter firmado com a Telesp.*

*Mas trouxe aos autos cópia de um conta de seu NET fone (fls. 13).*

*Absurdo.*

*Isto porque este contrato refere-se ao serviço de telefonia junto a outra empresa, NET, não comprovando ter firmado contrato de participação financeira com a ré, que pudesse ensejar o direito às ações da empresa.*

*Aliás, na notificação o autor faz referência ao número de telefone (17) 32 (fls. 15).*

*E só.*

*A ação possui por objeto a exibição dos documentos que estavam de posse da ré e relacionados às ações emitidas pela ré em nome do autor, hipossuficiente na relação jurídica aqui tratada, porém, com as informações trazidas pelo próprio autor na inicial, a improcedência da ação é medida de rigor.*

*Não se pode aferir, pelo que consta dos autos, se o autor efetivamente firmou um contrato de participação financeira com a ré.*

*[...]*

*Deste modo, a ação deve ser julgada improcedente, condenando o autor ao pagamento da integralidade das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% do valor da causa." (e-STJ fls. 150-154)*

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que, para se alterar o entendimento da Corte estadual acerca da ausência de apresentação de documentos mínimos indispensáveis à demonstração da eventual existência do contrato de participação financeira celebrado pelas partes, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado na via do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. 1. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS CONTRA A MESMA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. 2. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. 3. DOBRA ACIONÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. BRASIL TELECOM. SUCESSORA. TELEPAR. PRECEDENTES. 4.**

*INTERESSE DE AGIR.*

*REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RESPOSTA. AUSÊNCIA. RELAÇÃO JURÍDICA ACIONÁRIA. COMPROVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 5. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO INTERNO DE FLS. 792-842 (E-STJ) DESPROVIDO E AGRAVO INTERNO DE FLS. 843-893 (E-STJ) NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*4. Revela-se inviável alterar as conclusões da Corte estadual, que, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela comprovação do fato constitutivo do direito dos requerentes, tendo em vista o óbice da Súmula 7 do STJ.*

*[...]*

*6. Agravo interno de fls. 792-842 (e-STJ) desprovido e Agravo interno de fls. 843-893 (e-STJ) não conhecido.*

*(AgInt no AREsp 1105293/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 31/10/2017, g.n.)*

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 333, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DOS AUTORES. NÃO COMPROVAÇÃO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COMUM. ÔNUS DA PARTE RECORRENTE.*

*1. O reconhecimento da inexistência de elementos mínimos aptos a comprovar a relação jurídica entre as partes e a ensejar a inversão do ônus probatório encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.*

*2. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 642.836/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM S.A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA NA ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial não comporta o exame de questões que*

*impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.*

*2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que "a requerente não apresentou elemento mínimo de prova da alegada relação contratual entabulada com a demandada" (e-STJ fl. 183). Alterar tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em sede de recurso especial.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg no AREsp 643.034/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 24/08/2015)**

Quanto às alegações referentes à desnecessidade do prévio esgotamento da via administrativa e ao cumprimento desse requisito, verifica-se que as razões recursais estão dissociadas do acórdão recorrido, uma vez que o Tribunal de origem não utilizou esse fundamento para determinar a extinção da ação. Nesse contexto, em face da deficiência na fundamentação recursal no tocante a esse tema, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, fica prejudicado o exame das alegações pertinentes à distribuição dos ônus sucumbenciais, pois o recorrente se insurge contra o reconhecimento da sucumbência recíproca, mas, com a manutenção do acórdão recorrido, que reformou a sentença, os ônus sucumbenciais recaíram apenas sobre o autor, ora recorrente.

**Ante o exposto, com base no art. 253, inciso II, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro o valor dos honorários advocatícios de sucumbência fixado no acórdão recorrido (e-STJ fl. 154) para 18% (dezoito por cento) sobre o valor da causa, observando-se a suspensão da exigibilidade da verba, decorrente da concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator